

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	41
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	31.478
Preferenciais	62.955
Total	94.433
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	4.584.487	4.410.468
1.01	Ativo Circulante	579.233	351.093
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	424.037	210.371
1.01.03	Contas a Receber	141.277	111.710
1.01.03.01	Clientes	141.277	111.710
1.01.03.01.01	Revendedores	154.230	122.340
1.01.03.01.02	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-12.953	-10.630
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.539	22.223
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.215	343
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.165	6.446
1.01.08.03	Outros	7.165	6.446
1.01.08.03.01	Partes relacionadas	352	847
1.01.08.03.02	Serviços em curso	5.677	5.203
1.01.08.03.03	Devedores diversos	1.046	259
1.01.08.03.04	Outros ativos	90	137
1.02	Ativo Não Circulante	4.005.254	4.059.375
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	16.266	16.141
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	4.318	4.426
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	11.948	11.715
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	11.117	10.897
1.02.01.09.04	Fundos vinculados	433	420
1.02.01.09.05	Tributos a recuperar	398	398
1.02.02	Investimentos	26	26
1.02.03	Imobilizado	3.951.928	4.005.482
1.02.04	Intangível	37.034	37.726

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	4.584.487	4.410.468
2.01	Passivo Circulante	287.130	351.398
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.169	9.254
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.800	1.903
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	4.369	7.351
2.01.02	Fornecedores	17.163	20.739
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	17.163	20.739
2.01.02.01.01	Fornecedores	13.406	12.876
2.01.02.01.02	Encargos de uso da rede - TUSD-g	3.757	7.863
2.01.03	Obrigações Fiscais	31.603	23.077
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	104.804	90.156
2.01.04.02	Debêntures	104.804	90.156
2.01.05	Outras Obrigações	119.977	203.054
2.01.05.02	Outros	119.977	203.054
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	99.574	183.119
2.01.05.02.04	Cibacap	3.874	3.521
2.01.05.02.05	Encargos setoriais	16.266	16.211
2.01.05.02.06	Outros passivos	263	203
2.01.06	Provisões	5.414	5.118
2.02	Passivo Não Circulante	1.377.804	1.233.805
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	874.313	721.094
2.02.01.02	Debêntures	874.313	721.094
2.02.02	Outras Obrigações	485.485	494.472
2.02.02.02	Outros	485.485	494.472
2.02.02.02.03	Imposto diferido	457.128	465.078
2.02.02.02.05	Obrigações especiais	7.021	7.047
2.02.02.02.06	Cibacap	7.314	8.432
2.02.02.02.07	Encargos setoriais	13.697	13.590
2.02.02.02.08	Outros passivos	325	325
2.02.04	Provisões	18.006	18.239
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	18.006	18.239
2.02.04.01.05	Provisões para contingências	18.006	18.239
2.03	Patrimônio Líquido	2.919.553	2.825.265
2.03.01	Capital Social Realizado	1.639.138	1.639.138
2.03.02	Reservas de Capital	99.330	99.330
2.03.04	Reservas de Lucros	71.863	71.863
2.03.04.01	Reserva Legal	71.863	71.863
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	112.747	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	996.475	1.014.934

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	285.401	237.008
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-109.489	-103.516
3.02.01	Pessoal	-8.001	-6.984
3.02.02	Material	-852	-677
3.02.03	Serviços de terceiros	-3.602	-3.693
3.02.04	Taxa de fiscalização da Aneel	-1.119	-1.074
3.02.05	Compen. financeira pela utilização de recursos hídricos	-14.785	-13.440
3.02.06	Energia comprada	-4.221	-25
3.02.07	Encargos de uso da rede	-20.535	-18.128
3.02.08	Depreciação e amortização	-55.157	-57.104
3.02.09	Provisão para contingencia	-46	-1.480
3.02.10	Aluguéis	1	-2
3.02.11	Seguros	-900	-644
3.02.12	Outras despesas	-272	-265
3.03	Resultado Bruto	175.912	133.492
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-15.156	-16.917
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-13.863	-15.315
3.04.02.01	Pessoal	-6.793	-5.511
3.04.02.02	Material	-25	-19
3.04.02.03	Serviço de terceiros	-3.211	-3.590
3.04.02.04	Depreciação e amortização	-628	-614
3.04.02.05	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-2.324	-4.560
3.04.02.06	Provisão para contingência	-24	-269
3.04.02.07	Aluguéis	-858	-752
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	24
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.293	-1.626
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	160.756	116.575
3.06	Resultado Financeiro	-16.429	-30.242
3.06.01	Receitas Financeiras	12.565	10.274
3.06.02	Despesas Financeiras	-28.994	-40.516
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	144.327	86.333
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-48.809	-29.109
3.08.01	Corrente	-56.126	-36.150
3.08.02	Diferido	7.317	7.041
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	95.518	57.224
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	95.518	57.224
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	PN	1,01149	0,6375
3.99.01.02	ON	1,01149	0,55144
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	PN	1,01149	0,6375
3.99.02.02	ON	1,01149	0,55144

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	95.518	57.224
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.230	-797
4.02.01	Ganhos/(perdas) atuariais com plano de pensão de benefício definido	-1.864	-1.208
4.02.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos/(perdas) atuariais	634	411
4.03	Resultado Abrangente do Período	94.288	56.427

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2012 à 31/03/2012	Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	163.790	116.320
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	173.622	150.909
6.01.01.01	Lucro líquido do período	95.518	57.224
6.01.01.02	Depreciação e amortização	55.785	57.718
6.01.01.03	Baixas do ativo imobilizado	394	41
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-7.317	-7.041
6.01.01.05	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.324	4.560
6.01.01.06	Provisão de juros sobre debêntures	23.360	21.519
6.01.01.07	Varição monetária sobre debêntures	3.488	15.139
6.01.01.08	Provisão para contingências	70	1.749
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	15.897	1.779
6.01.02.01	Clientes	-31.891	-14.727
6.01.02.02	Devedores diversos	-787	-628
6.01.02.03	Partes relacionadas	495	-47
6.01.02.04	Depositos judiciais	-220	-84
6.01.02.05	Serviços em curso	-474	-65
6.01.02.06	Fundos vinculados	-13	-10
6.01.02.07	Despesas antecipadas	-2.764	-1.973
6.01.02.08	Fornecedores	-3.576	-9.156
6.01.02.09	Salários e encargos sociais	-1.085	-1.607
6.01.02.10	Impostos, taxas e contribuições	57.936	32.150
6.01.02.11	Provisões	296	-2.487
6.01.02.12	Cibacap	-765	-148
6.01.02.13	Contingências líquidas	-303	181
6.01.02.14	Outras variações ativas e passivas	-952	380
6.01.03	Outros	-25.729	-36.368
6.01.03.01	Juros pagos sobre debêntures	-8.981	-11.776
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos	-16.748	-24.592
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.968	-1.110
6.02.01	Adições no ativo imobilizado	-1.678	-1.000
6.02.02	Adições no ativo intangível	-290	-110
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	51.844	-375.778
6.03.01	Valor recebido pela emissão de debêntures	150.000	0
6.03.02	Dividendos pagos	-98.156	-15.778
6.03.03	Redução de capital	0	-360.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	213.666	-260.568
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	210.371	495.772
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	424.037	235.204

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.639.138	99.330	71.863	0	1.014.934	2.825.265
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.639.138	99.330	71.863	0	1.014.934	2.825.265
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	95.518	0	95.518
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	95.518	0	95.518
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	17.229	-18.459	-1.230
5.06.04	Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	0	0	0	26.105	-26.105	0
5.06.05	Plano de pensão e aposentadoria	0	0	0	0	-1.864	-1.864
5.06.06	Imposto diferido sobre realização dos ajustes de avaliação patrimonial	0	0	0	-8.876	8.876	0
5.06.07	Imposto diferido sobre plano de pensão e aposentadoria	0	0	0	0	634	634
5.07	Saldos Finais	1.639.138	99.330	71.863	112.747	996.475	2.919.553

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.999.138	99.133	63.401	0	1.092.135	3.253.807
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.999.138	99.133	63.401	0	1.092.135	3.253.807
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	57.224	0	57.224
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	57.224	0	57.224
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-360.000	0	0	18.244	-19.041	-360.797
5.06.04	Redução de capital	-360.000	0	0	0	0	-360.000
5.06.08	Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	0	0	0	27.643	-27.643	0
5.06.09	Plano de pensão e aposentadoria	0	0	0	0	-1.208	-1.208
5.06.10	Imposto diferido sobre realização dos ajustes de avaliação patrimonial	0	0	0	-9.399	9.399	0
5.06.11	Imposto diferido sobre plano de pensão e aposentadoria	0	0	0	0	411	411
5.07	Saldos Finais	1.639.138	99.133	63.401	75.468	1.073.094	2.950.234

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	311.563	259.422
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	314.129	263.989
7.01.02	Outras Receitas	-242	-7
7.01.02.01	Outras receitas	13	10
7.01.02.02	Outras receitas operacionais	-255	-17
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.324	-4.560
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-34.303	-29.922
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.690	-7.979
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-24.756	-18.153
7.02.04	Outros	-1.857	-3.790
7.03	Valor Adicionado Bruto	277.260	229.500
7.04	Retenções	-38.556	-39.473
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-55.785	-57.718
7.04.02	Outras	17.229	18.245
7.04.02.01	Ajustes de avaliação patrimonial	17.229	18.245
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	238.704	190.027
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	12.565	10.274
7.06.02	Receitas Financeiras	12.565	10.274
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	251.269	200.301
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	251.269	200.301
7.08.01	Pessoal	13.088	11.149
7.08.01.01	Remuneração Direta	8.020	6.855
7.08.01.02	Benefícios	209	178
7.08.01.03	F.G.T.S.	804	717
7.08.01.04	Outros	4.055	3.399
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	95.583	72.414
7.08.02.01	Federais	94.459	69.298
7.08.02.02	Estaduais	1.124	3.116
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	29.851	41.270
7.08.03.01	Juros	28.994	40.516
7.08.03.02	Aluguéis	857	754
7.08.05	Outros	112.747	75.468
7.08.05.01	Lucros retidos	112.747	75.468

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Principais indicadores

	1T2012	1T2011	% Variação
Indicadores econômicos			
Receita operacional bruta	314.142	263.999	19,0
(-) Deduções à receita operacional	(28.741)	(26.991)	6,5
Receita operacional líquida	285.401	237.008	20,4
(-) Despesas operacionais	(124.645)	(120.433)	3,5
Lucro operacional	160.756	116.575	37,9
Ebitda	216.541	174.293	24,2
<i>Margem Ebitda - %</i>	<i>75,9%</i>	<i>73,5%</i>	-
Resultado financeiro	(16.429)	(30.242)	-45,7
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	144.327	86.333	67,2
Lucro líquido do período	95.518	57.224	66,9
Margem líquida - %	33,5%	24,1%	-
Indicadores financeiros			
Ativos totais	4.584.487	4.566.286	0,4
Dívidas em moeda nacional	979.117	862.068	13,6
Patrimônio líquido	2.919.553	2.950.234	-1,0
Ações			
Ações em circulação (em milhares de ações)	94.433	94.433	-
Lucro líquido por lote de mil ações (em reais)	1.011,49	605,97	66,9

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta apresentou crescimento de R\$ 50.143 ou 19,0% de acréscimo em comparação ao mesmo período do ano anterior. O desempenho reflete os melhores preços nos contratos bilaterais, leilões e, principalmente, no mercado *Spot*, além de maior volume de venda nos contratos bilaterais.

Deduções à receita operacional

As deduções à receita operacional apresentaram aumento de R\$ 1.750 ou 6,5% em relação ao mesmo período do ano anterior devido, principalmente, ao acréscimo na receita operacional bruta no período.

Receita operacional líquida

Em função dos fatores descritos acima, a receita operacional líquida da Companhia totalizou R\$ 285.401 no período, 20,4% superior ao mesmo período do ano anterior.

Comentário do Desempenho

Despesas Operacionais

	1T2012	1T2011	% Variação
Pessoal	(14.794)	(12.495)	18,4
Material	(877)	(696)	26,0
Serviços de terceiros	(6.813)	(7.283)	-6,5
Taxa de fiscalização da Aneel	(1.119)	(1.074)	4,2
Energia comprada para revenda	(4.221)	(25)	16.784,0
Encargos de uso da rede elétrica	(20.535)	(18.128)	13,3
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(14.785)	(13.440)	10,0
Depreciação e amortização	(55.785)	(57.718)	-3,3
Provisão para contingências	(70)	(1.749)	-96,0
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(2.324)	(4.560)	-49,0
Arrendamento e aluguéis	(857)	(754)	13,7
Seguros	(900)	(644)	39,8
Outras	(1.565)	(1.867)	-16,2
	(124.645)	(120.433)	3,5

As despesas operacionais totalizaram R\$ 124.645 no período, 3,5% superior aos R\$ 120.433 registrados no mesmo período do ano anterior.

Listamos a seguir os principais fatores que impactaram nas despesas operacionais:

- Pessoal – Aumento de R\$ 2.299 no período, ou 18,4% superior ao mesmo período do ano anterior devido, principalmente, ao aumento do número de funcionários;
- Material – O aumento de R\$ 181, ou 26,0% superior ao mesmo período do ano anterior deve-se, principalmente, ao aumento de despesas com manutenção das usinas Rosana e Jurumirim;
- Energia elétrica comprada para revenda – Aumento de R\$ 4.196 no período referente compra de energia elétrica em decorrência de previsão de lastro a descoberto durante o ano de 2012;
- Encargos de uso da rede elétrica – O aumento de R\$ 2.407 no período, ou 13,3% superior ao mesmo período do ano anterior, deve-se, principalmente, ao reajuste de 15,2% na tarifa Tust de acordo com Resolução Aneel nº 1.173/11;
- Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos – O aumento de R\$ 1.345, ou 10,0% em comparação ao mesmo período do ano anterior deve-se ao maior volume gerado no trimestre que foi de 3.005.793 MWh, ou seja, 3,2% superior aos 2.913.605 MWh gerados no mesmo período do ano anterior. Houve ainda reajuste de 6,6% na Tarifa Atualizada de Referência (TAR), que passou de R\$ 68,34/MWh para R\$ 72,87/MWh a partir de 1º de janeiro de 2012;
- Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais – A redução de R\$ 1.679 no período, ou 96,0% em comparação ao mesmo período do ano anterior deve-se, principalmente, às provisões ambientais e trabalhistas de R\$ 958 e R\$ 791 respectivamente, reconhecidas no primeiro trimestre de 2011 e;

Comentário do Desempenho

- Provisão para crédito de liquidação duvidosa – A redução de R\$ 2.236, ou 49,0% com relação ao mesmo período do ano anterior, deve-se principalmente, à redução da provisão em decorrência da menor estimativa de inadimplência nos contratos bilaterais e mercado CCEE.

Ebitda e margem Ebitda

	1T2012	1T2011	% Variação
Lucro líquido	95.518	57.224	66,9
Imposto de renda e contribuição social	48.809	29.109	67,7
Resultado financeiro (líquido)	16.429	30.242	-45,7
Depreciação e amortização	55.785	57.718	-3,3
Ebitda (R\$ mil)	216.541	174.293	24,2
<i>Margem líquida</i>	<i>75,9%</i>	<i>73,5%</i>	

O Ebitda (lucro antes dos impostos, juros, depreciação e amortização) é calculado como o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O Ebitda é uma medição não contábil, calculada tomando como base as disposições do Ofício Circular CVM nº 01/2008. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez. A administração da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas. Ao fazer tais comparações, entretanto, deve-se ter em mente que o Ebitda não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e que pode ser calculado de forma diferente por diferentes companhias.

O Ebitda da Companhia apresentou crescimento de 24,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente, em decorrência do aumento na receita operacional líquida no período.

Resultado financeiro

	1T2012	1T2011	% Variação	Variação absoluta
Receitas financeiras	12.565	10.274	22,3	2.291
Despesas financeiras	(28.994)	(40.516)	-28,4	11.522
Resultado financeiro líquido	(16.429)	(30.242)	-45,7	13.813

O resultado financeiro líquido melhorou em R\$ 13.813, ou 45,7% em comparação ao mesmo período do ano anterior. As receitas financeiras aumentaram 22,3%, principalmente em decorrência do maior volume de aplicações financeiras pela captação de debêntures em janeiro de 2012. As despesas financeiras diminuíram 28,4% devido, especialmente, ao efeito da queda do Índice Geral de Preços (IGP-M): 0,62% acumulado no período, ante 2,43% no mesmo período do ano anterior. Esse índice é um dos principais indexadores da dívida da Companhia.

Debêntures

O montante de debêntures da Companhia totalizou no período R\$ 979.117, superior em 13,6%, em comparação aos R\$ 862.068 no mesmo período do ano anterior, principalmente em decorrência da nova captação no valor de R\$ 150.000 no período.

Comentário do Desempenho

Dívida líquida

A dívida líquida, representada por debêntures deduzidos os recursos de caixa e equivalentes de caixa, totalizou R\$ 555.080, 11,5% inferior aos R\$ 626.864 no mesmo período no ano anterior, principalmente devido ao maior volume de geração de caixa.

	1T2012	1T2011	% Variação
Debêntures	979.117	862.068	13,6
Caixa	(424.037)	(235.204)	80,3
Dívida líquida	555.080	626.864	-11,5

Lucro líquido

Em função dos itens supra mencionados, a Companhia registrou no período lucro líquido de R\$ 95.518 no primeiro trimestre de 2012, resultado superior em 66,9% aos R\$ 57.224 registrados no mesmo período do ano anterior.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR EM 31 DE MARÇO DE 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, concessionária de uso de bem público, na condição de produtora independente, com sede em São Paulo, tem como atividades principais a geração e a comercialização de energia elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME.

A capacidade instalada da Companhia é de 2.241 MW, composta pelo seguinte parque gerador em operação no Estado de São Paulo: UHE Capivara, UHE Chavantes, UHE Jurumirim, UHE Salto Grande, UHE Taquaruçu, UHE Rosana e 49,7% do Complexo Canoas, formado pelas UHEs Canoas I e II.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 08 de maio de 2012.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR

As informações contábeis intermediárias contidas nas presentes informações financeiras foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nessas ITR de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração anual, para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário.

A Companhia declara que a base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas que as utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011. Portanto, as correspondentes informações devem ser lidas nas notas explicativas 2.1 a 2.18 daquelas demonstrações financeiras.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A Companhia declara que as informações sobre estimativas e julgamentos contábeis críticos descritas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011 permanecem válidas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações nas notas explicativas 3.1 e 3.2.

Notas Explicativas

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A gestão de risco identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

4.1.1. Risco de mercado

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de debêntures de longo prazo. As debêntures emitidas às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

A primeira emissão de debêntures da Companhia tem encargos financeiros correspondentes à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI + 2,15% a.a. e variação do Índice de Preço ao Consumidor - IPCA + 11,60% a.a. (série 1 e série 2 respectivamente), a segunda emissão de debêntures tem encargos financeiros correspondentes à variação do Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M + 8,59% a.a. e a terceira emissão de debêntures tem encargos financeiros correspondentes à variação do CDI + 1,15% a.a. Consequentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação desses índices de preços. O impacto causado pela variação do CDI, IPCA e IGP-M sobre as debêntures é minimizado pelo aumento dos preços nos contratos bilaterais e de leilão que também estão indexados à variação dos índices IPCA ou IGP-M.

4.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com *rating* mínimo "A". No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Nos contratos fechados com as distribuidoras através de leilão público, a Companhia procura minimizar os riscos de crédito com o uso de mecanismos de garantia envolvendo os recebimentos das distribuidoras. Os contratos de leilão têm linguagem padronizada e outros tipos de suportes de créditos podem ser fornecidos por iniciativa do comprador, como garantia bancária e cessão do Certificado de Depósito Bancário – CDB. A maioria das distribuidoras tem fornecido os suportes de crédito baseado em seus recebíveis.

O preço da energia elétrica vendida para distribuidoras e clientes livres determinados nos contratos de leilão e bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de

Notas Explicativas

energia serão liquidadas no âmbito da CCEE. A Companhia possui volumes contratados adequados (vide Nota 23).

4.1.3. Risco de liquidez

A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do grupo, cumprimento de cláusulas (“*covenants*”), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

A Companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

4.1.4. Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem debêntures, com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações (vide Nota 14).

4.1.5. Risco hidrológico

Risco associado à escassez de água destinada à geração de energia. O Sistema Interligado Nacional – SIN é atendido por 85% de geração hidráulica. Para atenuar estes riscos, foi criado o MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento entre as regiões do SIN dos riscos hidrológicos das usinas despachadas centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. É importante ressaltar que o risco é sistêmico, ou seja, haverá efetivo risco às empresas que possuem usinas hidroelétricas quando o sistema como um todo estiver em condição hidrológica desfavorável e não apenas a região onde estas usinas estão localizadas.

4.1.6. Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

4.1.7. Risco ambiental

As atividades e instalações da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Companhia operar suas usinas em virtude de autuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado da Companhia.

A Companhia utiliza-se da política de gestão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança – MASS para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, minimizando os riscos para a Companhia.

Notas Explicativas

4.1.8. Análise da sensibilidade

Nos termos da Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia, em complemento ao disposto no item 59 do CPC 14 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, divulga quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos exclusivamente por debêntures, ao qual a companhia está exposta na data de encerramento do período.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável para os próximos 12 meses foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 31 de março de 2012 e as premissas disponíveis no mercado para os próximos 12 meses (fonte: Focus Banco Central do Brasil) e a análise de sensibilidade considerou ainda outros dois cenários, com variações de 25% e 50% sobre as taxas de juros e índices flutuantes em relação ao cenário provável. Demonstramos a seguir, os impactos no resultado financeiro da Companhia para os três cenários estimados para os próximos 12 meses:

Risco de variação dos índices flutuantes		31/03/2012	Cenário	Cenário	Cenário
			Δ Provável	Δ 25%	Δ 50%
Debêntures					
IGPM	Alta do IGP-M	585.251	11.694	7.207	14.457
IPCA	Alta do IPCA	116.339	210	1.602	3.157
CDI	Alta do CDI	277.527	2.033	2.973	5.479
		979.117	13.937	11.782	23.094

Variação dos índices	Índices de	Projeções dos índices para os próximos 12 meses	Cenário	Cenário	Cenário
	01/04/2011 a 31/03/2012		Δ Provável	Δ 25%	Δ 50%
IGPM	3,23%	5,07%	1,83%	6,33%	7,60%
IPCA	5,49%	5,51%	0,02%	6,89%	8,27%
CDI	12,27%	9,25%	-3,03%	11,56%	13,87%

4.2. Gestão de capital

	31/03/2012	31/12/2011
Total das debêntures	979.117	811.250
Caixa e equivalentes de caixa	424.037	210.371
Dívida líquida	555.080	600.879
Total do patrimônio líquido	2.919.553	2.825.265
Total do capital	3.474.633	3.426.144
Índice de alavancagem financeira (%)	16,0	17,5

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos ou devolver capital aos acionistas.

O índice de alavancagem financeira é obtido pela fração da dívida líquida pelo total do capital.

Notas Explicativas

4.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores e as contas a receber de clientes pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual.

5. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes (vide Notas 6 e 7):

Caixa e equivalentes de caixa	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Standard & Poor's		
A-3	314.553	163.129
A-2	9.471	3.955
A-1	12.023	8
Moody's		
BR-1	87.990	43.279
Total	<u>424.037</u>	<u>210.371</u>

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Caixa e bancos	1.689	1.296
Aplicações financeiras		
Certificado de depósito bancário - CDB	417.385	204.226
Fundo Renda Fixa	4.963	4.849
	<u>424.037</u>	<u>210.371</u>

Vide comentários adicionais na Nota 6 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011.

Notas Explicativas

7. CLIENTES

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
Cientes de contratos bilaterais	71.040	66.177
Cientes de contratos de leilão	44.939	44.708
Energia de curto prazo (MRE/Spot)	38.251	11.455
	154.230	122.340
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.953)	(10.630)
	141.277	111.710

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Saldo em 31/12/2011	<u>(10.630)</u>
Provisões no período	<u>(2.323)</u>
Saldo em 31/03/2012	<u>(12.953)</u>

Composição do contas a receber:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
A vencer	140.311	110.712
Vencidas		
Até 30 dias	2.676	1.026
De 31 dias a 60 dias	596	573
De 61 dias a 90 dias	17	418
Mais de 90 dias	10.630	9.611
	13.919	11.628
	154.230	122.340

Em 31 de março de 2012, a Companhia apresenta o montante de R\$ 13.919 (R\$ 11.628 em 31 de dezembro de 2011) nas contas a receber de clientes vencidas. Assim como mencionado nas demonstrações financeiras de 2011, a Companhia encontra-se em processo avançado de negociação a fim de recuperar parcialmente os valores faturados que estão vencidos.

Vide comentários adicionais na Nota 7 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011.

Notas Explicativas

8. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	31/03/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ativo				
IRPJ e CSLL a recuperar	3.211	-	21.853	-
PIS e COFINS a recuperar	242	-	276	-
ICMS a recuperar	27	398	34	398
ISS	21	-	21	-
INSS	38	-	39	-
	3.539	398	22.223	398
Passivo				
IRPJ e CSLL	22.070	-	-	-
PIS e COFINS	9.029	-	7.877	-
ICMS	387	-	472	-
IRRF sobre JSCP	-	-	14.611	-
Outros	117	-	117	-
	31.603	-	23.077	-
Ativo de imposto diferido				
Diferenças temporárias	-	(11.319)	-	(11.646)
Benefício fiscal	-	(44.889)	-	(46.120)
Passivo de imposto diferido				
Ajuste de avaliação patrimonial	-	513.336	-	522.844
Passivo de imposto diferido (líquido)	-	457.128	-	465.078

8.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de março de 2012, a Companhia efetuou provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganho de avaliação patrimonial do plano de pensão e aposentadoria no montante de R\$ 634 (R\$ 411 em 31 de março de 2011).

Em 31 de março de 2012, as diferenças intertemporais representadas por despesas dedutíveis no futuro, apresentam o montante de R\$ 33.291 (R\$ 34.254 em 31 de dezembro de 2011). A realização do imposto de renda e contribuição social ocorrerá na medida em que tais valores sejam oferecidos à tributação.

Vide comentários adicionais na Nota 8.1 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011.

8.2. Benefício fiscal – Ágio incorporado

	31/03/2012		31/12/2011	
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
Saldos oriundos da incorporação	305.406	(201.568)	103.838	103.838
Realização	(173.367)	114.418	(58.949)	(57.718)
Saldos no final do período	132.039	(87.150)	44.889	46.120

Notas Explicativas

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Amortização do ágio	(3.622)	(3.804)
Reversão da provisão	2.391	2.510
Benefício fiscal	1.231	1.294
Efeito líquido no período	<u>-</u>	<u>-</u>

A seguir, realização do benefício fiscal referente ágio incorporado da Duke Sudeste.

	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u> em diante	<u>Total</u>
Realização estimada	3.695	4.676	4.334	4.002	28.182	44.889

8.3. Demonstrações da apuração do imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2012</u>		<u>31/03/2011</u>	
	Imposto Renda	Contrib. Social	Imposto Renda	Contrib. Social
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	144.327	144.327	86.333	86.333
Ajustes decorrentes do RTT	26.105	26.105	27.646	27.646
Lucro antes do IRPJ e CSLL e após ajuste do RTT	170.432	170.432	113.979	113.979
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	25%	9%
IRPJ e CSLL a alíquotas da legislação	42.602	15.339	28.489	10.258
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Amortização encargo credor Inflacionário	(572)	19	(611)	20
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	581	209	615	221
Benefício fiscal - ágio incorporado (Res. Aneel nº 02/2002)	(906)	(326)	(951)	(342)
Despesas indedutíveis	273	33	359	40
Outros	(831)	(296)	(1.408)	(503)
IRPJ e CSLL correntes	41.147	14.979	26.493	9.694
Lei Rouanet e Fundo da Criança	-	-	(37)	-
Total IRPJ e CSLL correntes com efeito no resultado	<u>41.147</u>	<u>14.979</u>	<u>26.456</u>	<u>9.694</u>
Base de cálculo tributável das diferenças temporárias no resultado				
	(21.520)	(21.520)	(20.706)	(20.706)
Alíquota aplicável	25%	9%	25%	9%
IRPJ e CSLL diferidos com efeito no resultado	<u>(5.381)</u>	<u>(1.936)</u>	<u>(5.178)</u>	<u>(1.863)</u>
Base de cálculo tributável das diferenças tributárias no patrimônio líquido				
	(1.864)	(1.864)	(1.208)	(1.208)
Alíquota aplicável	25%	9%	25%	9%
IRPJ e CSLL diferidos com efeito no patrimônio líquido	<u>(466)</u>	<u>(168)</u>	<u>(302)</u>	<u>(109)</u>

Em 31 de março de 2012, os totais de IRPJ e CSLL corrente e diferido totalizaram R\$ 56.126 e R\$ 7.317 respectivamente (R\$ 36.150 e R\$ 7.041 respectivamente no mesmo período do ano anterior).

Vide comentários adicionais na Nota 8.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011.

Notas Explicativas

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ambiental	2.794	2.752
Fiscal:		
IPTU (Município de Primeiro de Maio)	1.151	1.134
Multa de mora sobre IRRF, IRPJ e CSLL	811	800
Multa de mora sobre PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e IOF	5.771	5.632
Cide	590	579
	<u>11.117</u>	<u>10.897</u>

Vide comentários adicionais na Nota 9 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011.

10. ATIVO IMOBILIZADO

a) Composição

	<u>31/03/2012</u>		<u>31/12/2011</u>		Taxas de Depreciação/ Amortização
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	
Em serviço					
Terrenos	210.997	-	210.997	210.997	-
Reservatórios, barragens e adutoras	3.443.107	(500.754)	2.942.353	3.027.258	4,5%
Edificações, obras civis e benfeitorias	466.157	(111.811)	354.346	361.393	4,2%
Máquinas e equipamentos	770.160	(143.044)	627.116	579.587	6,1%
Veículos	4.393	(1.961)	2.432	2.544	18,7%
Móveis e utensílios	1.681	(958)	723	4.394	7,4%
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	(200.675)	(200.675)	
	<u>4.695.820</u>	<u>(758.528)</u>	<u>3.937.292</u>	<u>3.985.498</u>	
Em curso					
Reservatórios, barragens e adutoras	49	-	49	145	
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	
Máquinas e equipamentos	9.590	-	9.590	14.820	
Móveis e utensílios	748	-	748	689	
	<u>10.387</u>	<u>-</u>	<u>10.387</u>	<u>15.654</u>	
Terrenos	4.249	-	4.249	4.249	
Veículos	-	-	-	81	
	<u>4.710.456</u>	<u>(758.528)</u>	<u>3.951.928</u>	<u>4.005.482</u>	
(-) Obrigações vinculadas à concessão (vide Nota 18)	(6.943)	205	(6.738)	(6.748)	
	<u>4.703.513</u>	<u>(758.323)</u>	<u>3.945.190</u>	<u>3.998.734</u>	

Notas Explicativas

b) Movimentação do ativo imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2011	Adições	Deprec.	Baixas	Reclass. e transf.	Valor líquido em 31/03/2012
Terrenos	215.246	-	-	-	-	215.246
Reservatórios, barragens e adutoras	3.027.403	11	(38.996)	-	(46.016)	2.942.402
Edificações, obras civis e benfeitorias	361.393	-	(4.910)	-	(2.137)	354.346
Máquinas e equipamentos	594.407	1.592	(10.614)	(394)	51.715	636.706
Veículos	2.625	6	(200)	-	1	2.432
Móveis e utensílios	5.083	69	(118)	-	(3.563)	1.471
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	(200.675)
	4.005.482	1.678	(54.838)	(394)	-	3.951.928
(-) Obrigações vinculadas à concessão	(6.748)	(9)	19	-	-	(6.738)
	3.998.734	1.669	(54.819)	(394)	-	3.945.190

c) Contrato de Concessão

Concessões em 31/03/2012								
Contrato de Concessão					Potência Instalada	Energia Assegurada	Início da Concessão	Vencimento da Concessão
ANEEL	Usina	Tipo	UF	Rio	(MW)	(MW médio)		
76/1999	Jurumirim	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	101	47	22/9/1999	21/9/2029
76/1999	Chavantes	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	414	172	22/9/1999	21/9/2029
76/1999	Salto Grande	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	73	55	22/9/1999	21/9/2029
76/1999	Capivara	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	619	330	22/9/1999	21/9/2029
76/1999	Taquaruçu	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	525	201	22/9/1999	21/9/2029
76/1999	Rosana	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	354	177	22/9/1999	21/9/2029
183/1998	Canoas I	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	83	57	30/7/1998	29/7/2033
183/1998	Canoas II	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	72	48	30/7/1998	29/7/2033
					2.241	1.087		

As notas explicativas 10.1, 10.2, 10.3 e 10.4 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011 descrevem informações relacionadas ao imobilizado. Mais especificamente, essas notas tratam, respectivamente, da adoção do custo atribuído, das taxas de depreciação utilizadas, dos bens vinculados à concessão e dos contratos de concessão. Essas informações permanecem válidas para as ITR.

11. INTANGÍVEL

O saldo em 31 de março de 2012 é constituído por direitos de uso de *software*, servidão de passagem e pela Utilização do Bem Público - UBP.

Notas Explicativas

a) Composição

	31/03/2012		31/12/2011		Taxas de Amortização
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	
Em serviço					
UBP	53.494	(20.669)	32.825	33.284	3,4%
Software	21.022	(17.976)	3.046	3.569	9,9%
Servidão de passagem	75	-	75	75	
	74.591	(38.645)	35.946	36.928	
Em curso					
Software	1.088	-	1.088	798	
	75.679	(38.645)	37.034	37.726	
(-) Obrigações vinculadas à concessão (vide Nota 18)	(320)	37	(283)	(299)	
	75.359	(38.608)	36.751	37.427	

b) Movimentação intangível

	Valor Líquido em 31/12/2011	Adições	Amortiz.	Valor Líquido em 31/03/2012
UBP	33.284	-	(459)	32.825
Software	4.367	290	(523)	4.134
Servidão de passagem	75	-	-	75
	37.726	290	(982)	37.034
(-) Obrigações vinculadas à concessão	(299)	-	16	(283)
	37.427	290	(966)	36.751

12. FORNECEDORES

	31/03/2012	31/12/2011
	Circulante	Circulante
Suprimento de energia elétrica	1.518	72
Materiais e serviços	4.243	5.158
Encargos de uso da rede elétrica		
Tust	7.629	7.630
Encargos de conexão	16	16
	13.406	12.876
Tusd-g	49.248	50.709
(-) Depósito judicial ref. Tusd-g	(45.491)	(42.846)
	3.757	7.863
	17.163	20.739

Vide comentários adicionais na Nota 12 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011.

Notas Explicativas

13. PARTES RELACIONADAS

13.1. Transações e saldos

A Companhia possui contratos de compartilhamento de despesas com as empresas ligadas DEB – Pequenas Centrais Hidrelétricas Ltda (“DEB”) e com a Duke Energy International, Brasil Ltda (“Duke Brasil”). Os valores estimados destes contratos para o ano de 2012 são de R\$ 3.328 e de R\$ 624 respectivamente. O saldo a receber de partes relacionadas em 31 de março de 2012 é de R\$ 352 (R\$ 847 em 31 de dezembro de 2011), sendo que, deste montante, R\$ 23 (R\$ 49 em 31 de dezembro de 2011) referem-se a pequenas despesas reembolsadas pela Duke Brasil.

Nas circunstâncias em que clientes da Companhia necessitam de garantias em operações comerciais, a Duke Brasil fornece essas garantias em nome da Companhia, cujo montante em 31 de março de 2012 é de R\$ 113.585 (R\$ 103.384 em 31 de dezembro de 2011). As demais transações relevantes com partes relacionadas referem-se à distribuição dos dividendos.

Vide comentários adicionais na Nota 13.1 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011.

13.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Segue detalhamento da remuneração relacionada às pessoas chaves da Administração:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	1.497	1.268
Benefícios pós-emprego	43	39
	1.540	1.307

Vide comentários adicionais na Nota 13.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011.

14. DEBÊNTURES

14.1. Composição e vencimento das debêntures

a) Composição

Emissão	Série	Principal + Encargos em			
		<u>31/03/2012</u>		<u>31/12/2011</u>	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
1ª Emissão	Série 1	62.561	62.190	66.719	62.053
1ª Emissão	Série 2	6.567	109.771	3.352	108.124
2ª Emissão	Única	32.168	553.082	20.085	550.917
3ª Emissão	Única	3.508	149.270	-	-
		104.804	874.313	90.156	721.094

Notas Explicativas

b) Vencimento

	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>Total</u>
Não circulante	283.037	220.475	220.801	75.000	75.000	874.313

Vide comentários adicionais na Nota 14.2 e 14.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011.

14.2. Terceira emissão de debêntures

Em 10 de janeiro de 2012, a Companhia procedeu com a captação de R\$ 150.000 (cento e cinquenta milhões de reais) no mercado na forma de dívida, por meio da 3ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, da espécie quirografária, no mercado local, coordenada pelo Banco BTG Pactual S.A. (coordenador líder) as quais foram distribuídas com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009, sob o regime de garantia firme de colocação para o valor total da emissão, destinadas exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos na Instrução CVM nº 476/2009.

A oferta foi emitida com base nas deliberações: (i) da AGE da Companhia realizada em 27 de dezembro de 2011, cuja ata foi registrada na JUCESP em 04 de janeiro de 2012; sob o nº 22.800/12-8 (ii) da Reunião do Conselho Fiscal realizada em 30 de novembro de 2011 que emitiu parecer favorável à captação de recursos através da terceira emissão de debêntures; (iii) das RCA da Companhia realizadas em 22 de novembro de 2011 e 09 de dezembro de 2011, cujas atas foram arquivadas na JUCESP em 02 de janeiro de 2012, sob o nº 21.836/12-7 e em 03 de janeiro de 2012, sob o nº 21.881/12-1, respectivamente, que aprovaram proposta apresentada pelo Banco BTG Pactual S.A. na 189ª Reunião de Diretoria, realizada em 17 de novembro de 2011 e arquivada na JUCESP em 02 de janeiro de 2012, sob o nº 21.835/12-3, para captação de recursos pela Companhia. Todas as atas das deliberações supra citadas foram publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico em 28 de dezembro de 2011.

Os recursos líquidos, obtidos da captação de R\$ 150.000 (cento e cinquenta milhões de reais) foram integralmente destinados ao refinanciamento do valor principal e juros incidentes sobre a segunda e terceira amortizações da primeira série da 1ª Emissão de Debêntures da Companhia, nos termos do “Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Quirografárias e Não Conversíveis em Ações da Primeira Emissão da Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.”, celebrado em 15 de setembro de 2008 entre a Companhia e Planner Trustee DTVM Ltda.

Os custos de transação incorridos na captação estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido e foram considerados para determinar a taxa efetiva dos juros, em consonância com o CPC 08 (Custos de transações e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários).

As cláusulas restritivas (“*covenants*”) previstas na escritura de terceira emissão das debêntures são similares às constantes na escritura de primeira e segunda emissões (vide Nota 14.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011).

A emissão foi realizada em série única, composta por 15.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10 (dez mil reais) e prazo de vencimento em 5 (cinco) anos.

Notas Explicativas

O valor nominal de cada uma das debêntures não será atualizado monetariamente e sobre o saldo devedor do valor nominal de cada uma das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada do CDI, acrescida exponencialmente de sobretaxa de 1,15% a.a.

15. CIBACAP – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA BACIA CAPIVARA

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Circulante	3.874	3.521
Não circulante	7.314	8.432
	<u>11.188</u>	<u>11.953</u>

Vide comentários adicionais na Nota 15 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011.

16. PLANO DE PENSÃO E APOSENTADORIA

Para o trimestre findo em 31 de março de 2012 não ocorreram mudanças nas premissas utilizadas nas avaliações atuariais, tampouco houve variações em relação aos valores justos dos planos ou, ainda, em relação ao superávit existente.

No quadro a seguir, encontra-se demonstrada a despesa apurada e reconhecida no trimestre findo em:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Custo do serviço corrente	544	589
Juros sobre obrigação atuarial	3.825	3.623
Rendimento esperado do ativo do plano	(5.930)	(5.134)
Contribuições dos empregados	(170)	(160)
	<u>(1.731)</u>	<u>(1.082)</u>

Vide Nota 16 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011 que descrevem as situações dos planos e as premissas utilizadas para o cálculo atuarial.

17. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS

A Administração da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, vem efetuando provisões em valores considerados suficientes para cobrir as perdas e obrigações em potencial, relacionadas às ações trabalhistas, fiscais, ambientais e regulatórias.

Adicionalmente, a Companhia tem ações de naturezas trabalhistas, fiscais, ambientais e regulatórias, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir.

Notas Explicativas

Os depósitos judiciais, apresentados de forma dedutiva, referem-se somente aos depósitos com provisões para riscos trabalhistas, sendo que os demais depósitos são demonstrados em nota específica (vide Nota 9).

17.1. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais

Composição

Processos	31/03/2012			31/12/2011	
	Valor atualizado	Provisão	Depósito judicial	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais
Trabalhistas	7.068	7.068	(1.717)	5.351	5.789
Fiscais	9.894	9.894	-	9.894	9.681
Ambientais	2.761	2.761	-	2.761	2.769
	19.723	19.723	(1.717)	18.006	18.239

Movimentação das provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais

	Trabalhista	Fiscal	Ambiental	Total
Saldo em 31/12/2011	5.789	9.681	2.769	18.239
Provisões no período	423	-	-	423
Reversões no período	(353)	-	-	(353)
	70	-	-	70
Atualizações no período	(28)	213	27	212
Baixas no período	(480)	-	(35)	(515)
	(508)	213	(8)	(303)
Total da movimentação no período	(438)	213	(8)	(233)
Saldo em 31/03/2012	5.351	9.894	2.761	18.006

a) Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por ex-empregados e terceirizados, envolvendo horas extras, periculosidade, equiparação salarial, vínculo empregatício, entre outras.

As baixas do período referem-se a encerramentos de ações no curso normal dos processos e as constituições referem-se a novas ações e reavaliações por parte dos assessores jurídicos da Companhia.

b) Fiscais

Em 31 de março de 2012, as provisões para riscos fiscais com expectativa de perda provável são referentes:

- i. Auto de infração referente à destinação para incentivo fiscal (Finam) dos recolhimentos do imposto sobre lucro inflacionário, efetuados nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2000. A Companhia protocolizou o processo administrativo nº 11831.000528/02-92 junto à Receita Federal, que julgou procedente os recolhimentos dos meses de janeiro e

Notas Explicativas

fevereiro, permanecendo provisionado o montante relativo a março de 2000 no montante de R\$ 2.415;

- ii. Processo administrativo nº 10880.723970/2001-33, que trata de pedidos eletrônicos de restituição ou ressarcimento de créditos de COFINS do ano de 2004. Foi apresentada Manifestação de Inconformidade em razão de parte dos valores não terem sido homologados pela Receita Federal, valores estes que, atualizados para março de 2012, totalizam R\$ 7.479 (montante provisionado).

c) Ambientais

Em 31 de março de 2012, as provisões relativas aos riscos ambientais com expectativas de perda provável são referentes:

- i. Ação para compensação de impactos ambientais movida pelo Município de Santo Inácio no montante atualizado de R\$ 2.300;
- ii. Ações movidas por pescadores referentes a danos ambientais no montante de R\$ 348 e;
- iii. Provisão para compensação de impactos ambientais referente a terreno localizado no Município de Pederneiras no montante de R\$ 113.

17.2. Contingências possíveis

<u>Processos</u>	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Trabalhistas	9.888	10.138
Fiscais	40.076	39.976
Ambientais	54.462	53.007
Regulatórias	16.785	16.371
	<u>121.211</u>	<u>119.492</u>

a) Trabalhistas

Em 31 de março de 2012, as contingências trabalhistas com expectativa de perda possível estão avaliadas no montante de R\$ 9.888

b) Fiscais

Em 31 de março de 2012, as principais contingências fiscais com expectativa de perda possível são:

- i. Mandado de Segurança nº 2004.61.00.025355-3, impetrado em face do Delegado da Receita Federal de Administração Tributária em São Paulo, visando à concessão de liminar/segurança para ser reconhecido o direito da Companhia de, por força de denúncia espontânea prevista no artigo 138 do CTN, não se sujeitar à multa de mora na quitação de seus débitos de PIS, COFINS, IRPJ, CSL e IOF mediante pagamentos e compensações. Débitos com exigibilidade suspensa por depósitos judiciais e perda possível avaliada em R\$ 5.532;

Notas Explicativas

- ii. Autos de infração referentes à aplicação de multa por suposta falta de emissão de documentos fiscais relativos à Usina de Canoas II, nos anos base de 2001 a 2005. A Companhia protocolizou processos administrativos junto à Fazenda Estadual do Paraná. Todos os processos estão aguardando decisão definitiva na esfera administrativa, no montante de R\$ 8.644;
- iii. Processos Administrativos originados de pedidos de restituição de saldo negativo de tributos (IRPJ, IRRF e CSLL). Em todos os casos a Companhia apresentou manifestações de inconformidade, as quais aguardam julgamento. Valor classificado como possível de R\$ 11.654;
- iv. Processos administrativos oriundos de pedidos de compensação de tributos pagos a maior pela Companhia (CSLL, IRPJ e COFINS), no montante de R\$ 11.152.

c) Ambientais

Em 31 de março de 2012, as contingências ambientais com expectativas de perda possível referem-se a Autos de Infração lavrados pelo Instituto Ambiental do Paraná – IAP e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, relativos a supostas infrações ambientais ocorridas nas Usinas Chavantes, Canoas I, Canoas II, Taquaruçu e Capivara. A Companhia apresentou recursos administrativos e ajuizou ações judiciais visando declarar a nulidade das multas. O valor classificado como de perda possível para esses casos é de R\$ 54.462.

d) Regulatórias

Em 2008 a Companhia ingressou com ação judicial contra a cobrança de tarifas de transmissão decorrentes de duas resoluções da Aneel. As resoluções impunham às empresas geradoras de energia, localizadas no Estado de São Paulo, tarifas de transmissão retroativas em razão da utilização do sistema de transmissão de energia elétrica. Por conta da recusa da Companhia em pagar os valores em disputa na ação, em 2009 a Aneel impôs uma multa no valor atual de R\$ 16.785, classificado como perda possível.

18. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Provenientes do ativo imobilizado (vide Nota 10)		
Reserva global de reversão - RGR	4.947	4.947
Doações de equipamentos - ONS	1.617	1.632
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	174	169
	6.738	6.748
Provenientes do ativo intangível (vide Nota 11)		
P&D - <i>Software</i>	283	299
	7.021	7.047

Vide comentários adicionais na Nota 18 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011.

Notas Explicativas

19. ENCARGOS SETORIAIS

As obrigações a recolher decorrentes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

	31/03/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	10.076	-	9.898	-
Taxa de fiscalização da Aneel	70	-	358	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	6.120	13.697	5.955	13.590
	16.266	13.697	16.211	13.590

Vide comentários adicionais na Nota 19 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1. Capital Social

O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 2.355.580, sendo R\$ 785.193 em ações ordinárias e R\$ 1.570.387 em ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.639.138 (R\$ 1.639.138 em 31 de março de 2012) dividido em 94.433.283 (noventa e quatro milhões, quatrocentos e trinta e três mil, duzentas e oitenta e três) ações, sendo 31.477.761 (trinta e um milhões, quatrocentas e setenta e sete mil, setecentas e sessenta e uma) ações ordinárias e 62.955.522 (sessenta e dois milhões, novecentas e cinquenta e cinco mil, quinhentas e vinte e duas) ações preferenciais, todas nominativas escriturais, sem valor nominal.

Acionistas	Posição Acionária em 31/03/2012 em milhares de ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Duke Energy Internat. Brasil Ltda.	31.181	99,06	57.850	91,89	89.031	94,28
Duke Energy Internat. Brazil Holdings Ltd.	-	-	735	1,17	735	0,78
Cia Metropolitan de São Paulo	-	-	1.324	2,10	1.324	1,40
Demais pessoas físicas e jurídicas	297	0,94	3.046	4,84	3.343	3,54
	31.478	100,00	62.955	100,00	94.433	100,00

As ações preferenciais possuem as seguintes características:

- Prioridade de reembolso no capital, sem direito a prêmio no caso de liquidação da sociedade;
- Dividendo prioritário, não cumulativo, de 10% a.a. calculado sobre o capital próprio a esta espécie de ações;
- Direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, nas condições previstas no Art. 254-A da Lei nº 6.404/1976;

Notas Explicativas

- iv. Direito de indicar um membro do Conselho Fiscal, e respectivo suplente, escolhidos pelos titulares das ações, em votação em separado;
- v. Direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias;
- vi. Não terão direito a voto e serão irresgatáveis, enquanto cada ação ordinária nominativa terá direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

20.2. Reservas de Capital

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ágio na subscrição de ações	468	468
Conta Cisão	(6.418)	(6.418)
Ágio na incorporação de sociedade	103.838	103.838
Pagamento baseado em ações	1.442	1.442
	<u>99.330</u>	<u>99.330</u>

Ágio na incorporação de sociedade Controladora – De acordo com a Instrução CVM nº 319/1999 e Resolução Aneel nº 28/2002, a Companhia foi autorizada a realizar a incorporação de sua Controladora Duke Sudeste, nos termos do Laudo de Avaliação da consultoria Ernst & Young Auditores Independentes S/C.

20.3. Reservas de Lucros

Em 31 de março de 2012, o saldo de Reserva de Lucros no montante de R\$ 71.863 (R\$ 71.863 em 31 de dezembro de 2011) é constituído exclusivamente pela Reserva Legal que tem por objetivo assegurar a integridade do capital social da Companhia, nos moldes do Art. 193 da Lei nº 6.404/1976.

20.4. Lucros acumulados

Adicionalmente ao lucro líquido do período, a rubrica Lucros Acumulados apresenta movimentação em decorrência da realização do custo atribuído ao imobilizado, em consonância com o ICPC 10, além dos impostos diferidos incidentes sobre o mesmo, conforme demonstrado no quadro a seguir:

O saldo de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2011 foi integralmente destinado, em consonância com a Lei nº 11.638/07 e CPC 47.

O lucro líquido do período reduzido em 5% referente à reserva legal e acrescido dos ajustes mencionados anteriormente, são base para apuração da distribuição de dividendos.

Notas Explicativas

20.5. Ajustes de avaliação patrimonial

	<u>Custo atribuído</u>	<u>Plano de pensão</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2011	1.007.829	7.105	1.014.934
Depreciação	(25.772)	-	(25.772)
Baixas	(333)	-	(333)
Efeito de depreciação/baixas	(26.105)	-	(26.105)
IR/CSLL diferidos	8.876	-	8.876
Plano de pensão e aposentadoria	-	(1.864)	(1.864)
IR/CSLL diferidos	-	634	634
Saldo em 31/03/2012	990.600	5.875	996.475

Vide comentários adicionais na Nota 20.7 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011.

20.6. Dividendos e JSCP

a) Composição de dividendos e JSCP a pagar

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Dividendos em custódia	837	840
Juros sobre capital próprio	69	83.611
Dividendos propostos	98.668	98.668
	99.574	183.119

b) Valor por ação dos dividendos e JSCP

<u>Deliberação</u>	<u>Provento</u>	<u>Montante</u>	<u>Valor por ação</u>	
			<u>PN</u>	<u>ON</u>
RCA de 20/03/2012	Dividendos propostos	98.668	0,83699	1,46055
AGE de 27/12/2011	Juros sobre capital próprio	98.211	1,04000	1,04000

c) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição dos resultados apurados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano far-se-á semestralmente, em assembleia geral, ou em períodos inferiores, caso o Conselho de Administração delibere a distribuição de dividendos trimestrais ou intermediários. Caberá à assembleia geral deliberar, até 31 de outubro de cada ano, sobre a distribuição de dividendos baseados nos resultados apurados no balanço semestral de 30 de junho, conforme estipulado no Estatuto Social, respeitado o disposto no parágrafo 3º do Art. 205 da Lei nº 6.404/1976.

O Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de dividendos trimestrais, com base em balanço especial levantado para esse fim, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre civil não exceda o montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do Art. 182 da Lei nº 6.404/1976.

Notas Explicativas

Mediante deliberação do Conselho de Administração, poderão ser declarados dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral já aprovado pela Assembleia Geral.

Antes da distribuição dos dividendos serão deduzidos 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social.

Após a dedução para a reserva legal, os lucros líquidos distribuir-se-ão na seguinte ordem:

- i. dividendo de até 10% (dez por cento) ao ano às ações preferenciais, a ser rateado igualmente entre elas, calculado sobre o capital próprio a esta espécie de ações;
- ii. dividendo de até 10% (dez por cento) ao ano às ações ordinárias, a ser rateado igualmente entre elas, calculado sobre o capital próprio a esta espécie de ações; e
- iii. distribuição do saldo remanescente às ações ordinárias e preferenciais, em igualdade de condições.

Em Reunião do Conselho de Administração de 20 de março de 2012, resultou aprovada, por unanimidade, em face aos resultados obtidos no exercício de 2011, a proposta da Administração de distribuição dividendos no montante de R\$ 98.668, a ser debitado integralmente à conta de lucros acumulados às ações representativas do capital social da Companhia e alocado às ações preferenciais à razão de R\$ 0,836991741 por ação e às ações ordinárias à razão de R\$ 1,460548370 por ação, em cumprimento ao disposto no Artigo 32 do Estatuto Social da Companhia. Tais valores, serão creditados aos Srs. Acionistas até dia 30 de junho de 2012, e, portanto, sem que haja a incidência de correção sobre o valor a ser creditado aos acionistas entre a data de declaração, na AGO, e efetivo crédito aos acionistas.

20.7. Pagamento baseado em ações

Vide comentários adicionais na Nota 20.6 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011.

21. RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Suprimento de energia elétrica		
Contratos bilaterais	174.739	152.180
Contratos de leilões	97.723	91.908
Spot	40.523	18.507
MRE	1.144	1.394
Outras receitas	13	10
	<u>314.142</u>	<u>263.999</u>
Deduções à receita operacional		
PIS e COFINS	(24.763)	(21.505)
ICMS	(1.124)	(3.116)
P&D	(2.854)	(2.370)
	<u>(28.741)</u>	<u>(26.991)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>285.401</u></u>	<u><u>237.008</u></u>

Notas Explicativas

22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A seguir, detalhamento dos custos e despesas operacionais por natureza:

	31/03/2012		31/03/2011	
	Custo da energia vendida	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	8.001	6.793	14.794	12.495
Material	852	25	877	696
Serviços de terceiros	3.602	3.211	6.813	7.283
Taxa de fiscalização da Aneel	1.119	-	1.119	1.074
Energia comprada para revenda	4.221	-	4.221	25
Encargos de uso da rede elétrica	20.535	-	20.535	18.128
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	14.785	-	14.785	13.440
Depreciação e amortização	55.157	628	55.785	57.718
Provisão para contingências	46	24	70	1.749
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	2.324	2.324	4.560
Arrendamentos e aluguéis	(1)	858	857	754
Seguros	900	-	900	644
Outras	272	1.293	1.565	1.867
	109.489	15.156	124.645	120.433

23. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA E COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE

23.1. Energia elétrica vendida

Suprimento	31/03/2012		31/03/2011	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	1.216.958	174.739	1.109.803	152.180
Contratos de leilões	1.032.369	97.723	1.036.136	91.908
Spot	585.567	40.523	544.869	18.507
MRE	120.689	1.144	156.040	1.394
	2.955.583	314.129	2.846.848	263.989

(*) Não revisadas

Notas Explicativas

A tabela a seguir resume os volumes em MW de Energia Assegurada contratadas/expectativa de realização de contratos pela Companhia no Ambiente de Contratação Livre – ACL e Ambiente de Contratação Regulada – ACR em 31 de março de 2012.

	MW (*)	
	2012	2013
Energia disponível para venda	1.011	1.005
ACR	464	268
2005 (8 anos)	196	-
2006 (8 anos)	54	54
2007 (8 anos)	214	214
ACL	537	721
Contratos bilaterais com consumidores livres	537	721
Subtotal	1.001	989
Energia livre para contratação	10	16
Percentual de energia contratada	99%	98%

(*) Não revisadas

23.2. Energia elétrica comprada para revenda

	31/03/2012		31/03/2011	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Energia comprada - Bilateral	43.700	3.980	-	-
Energia comprada - <i>Spot</i>	-	205	-	1
Energia comprada - MRE	3.137	36	2.352	24
	46.837	4.221	2.352	25

(*) Não revisadas

Durante o primeiro trimestre de 2012 foi registrado montante de R\$ 205 (R\$ 1 em 31 de março de 2011) referente ao processo de recontabilização promovido pela CCEE, para o qual os volumes de energia correspondentes não são discriminados.

Em decorrência da previsão de lastro a descoberto durante o ano de 2012, ocorreu compra de energia (Energia comprada – Bilateral) no período.

23.3. Encargos de uso da rede elétrica

	31/03/2012	31/03/2011
Tust	17.238	15.134
Tusd-g	3.262	2.994
Encargos de conexão	35	-
	20.535	18.128

Vide Nota 23.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício 2011

Notas Explicativas**24. RESULTADO FINANCEIRO**

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Receitas		
Aplicações financeiras	8.910	7.561
Receitas plano de pensão (vide Nota 16)	1.731	1.082
Outras variações monetárias	826	742
Juros sobre RTE	261	151
Juros e descontos obtidos	837	724
Outras receitas financeiras	-	14
	<u>12.565</u>	<u>10.274</u>
Despesas		
Juros debêntures	(23.360)	(21.518)
Variações monetárias		
Debêntures	(3.488)	(15.139)
Tusd-g	(1.179)	(1.704)
Outras	(588)	(853)
Despesas financeiras CCEE	-	(1.191)
Outras despesas financeiras	(379)	(111)
	<u>(28.994)</u>	<u>(40.516)</u>
	<u><u>(16.429)</u></u>	<u><u>(30.242)</u></u>

25. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico e diluído de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia		
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	63.679	38.149
Lucro disponível aos acionistas ordinários	31.839	19.075
	<u>95.518</u>	<u>57.224</u>
Denominador		
Média ponderada de número de ações preferenciais	62.956	59.842
Média ponderada de número de ações ordinárias	31.477	34.591
	<u>94.433</u>	<u>94.433</u>
Resultado básico e diluído por ação		
Ação preferencial	1,01149	0,63750
Ação ordinária	1,01149	0,55144

Notas Explicativas

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações da Companhia compreendem a geração e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras e clientes livres. As vendas são efetuadas através dos denominados “contratos bilaterais”, assinados em período posterior ao da privatização da Companhia, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O preço é reajustado anualmente pela variação do IGP-M ou IPCA. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada e o somatório das quantidades vendidas através de contratos (faltas ou sobras) são ajustadas através das regras de mercado e liquidadas no âmbito da CCEE. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia estão descritos na Nota 4.

Nos contratos fechados no mercado livre com os consumidores livres e comercializadores, a Companhia, através da área de crédito, efetua a análise de crédito e define os limites e garantias que serão requeridos.

Todos os contratos têm cláusulas que permitem a Companhia cancelar o contrato e a entrega de energia no caso de não cumprimento dos termos do contrato.

Instrumentos financeiros no balanço patrimonial:

a) Aplicações no mercado aberto em renda fixa, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, realizáveis por prazos inferiores a 90 dias e que estão reconhecidas contabilmente pelo valor de rentabilidade ofertado no mercado.

b) Debêntures (vide Nota 14).

	31/03/2012		31/12/2011	
	Valor Contábil	Valor a Mercado	Valor Contábil	Valor a Mercado
Debêntures	979.117	1.131.430	811.250	940.651

A Companhia não realizou operações com derivativos nestes períodos, assim como não possui operações com derivativos na data destas demonstrações contábeis. Também não há exposição a variações cambiais e em moeda estrangeira, por não possuir saldos relevantes em moeda estrangeira nesta data.

27. SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Descrição	Cobertura em R\$ milhares	
	31/03/2012	31/12/2011
Danos Materiais e Lucros Cessantes	914.200	825.500
Responsabilidade Civil (Concessionária)	9.142	8.255

Notas Explicativas

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

28.1. Distribuição de dividendos

Resultou aprovada, em AGO do dia 27 de abril de 2012, por unanimidade, a proposta da Administração da Companhia quanto à distribuição de dividendos no valor total de R\$ 98.668. Os dividendos ora aprovados deverão ser debitados integralmente da conta de lucros acumulados, e alocados, em cumprimento ao disposto no Artigo 32 do Estatuto Social da Companhia, às ações preferenciais à razão de R\$ 0,836991741 por ação e às ações ordinárias à razão de R\$ 1,460548370 por ação,. Tais valores, serão creditados aos Srs. Acionistas até dia 30 de junho de 2012, portanto, sem que haja a incidência de correção sobre o valor a ser creditado aos acionistas entre a data de declaração, na AGO, e efetivo crédito aos acionistas.

28.2. Redução de capital

Em 22 de novembro de 2011, a Companhia publicou Fato Relevante informando ao mercado que a Diretoria da Companhia aprovou a submissão à aprovação prévia da Aneel, órgão regulador da Companhia, conforme disposto na Resolução Normativa Aneel nº 149, de 28 de fevereiro de 2005, da proposta de redução do capital social da Companhia, considerado atualmente excessivo para a realização do seu objeto social, de R\$ 1.639.138 para até R\$ 1.339.138, com uma redução efetiva no valor de até R\$ 300.000, sem o cancelamento de quaisquer ações ordinárias ou preferenciais representativas do capital social da Companhia, mantendo-se, ademais, inalterado o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia.

Em 13 de janeiro de 2012, através do despacho nº 107, a Aneel autorizou a redução do capital social da Companhia.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de novembro de 2011, resultou aprovada a proposta da Diretoria quanto à redução do capital social da Companhia supra mencionado, que em 19 de abril de 2012 foi aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Simples, Quirografárias e Não Conversíveis em Ações da Primeira Emissão e da Segunda Emissão da Companhia.

Após as aprovações societárias e regulatórias supra mencionadas, a redução de capital da Companhia será submetida a exame, discussão e subseqüente deliberação em Assembleia Geral Extraordinária convocada para o dia 21 de maio de 2012.

28.3. Remuneração global da Administração para o exercício de 2012

Resultou aprovada em AGO, realizada em 27 de abril de 2012, o valor da remuneração anual da Administração da Companhia no montante global de até R\$ 9.900 para 2012, sendo distribuído da seguinte forma: (a) R\$ 3.000 para o Conselho de Administração; (b) R\$ 6.000 para a Diretoria e (c) R\$ 900 para o Conselho Fiscal.

Notas Explicativas**MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO****Conselho de Administração**

Jairo de Campos
Presidente

Andréa Elizabeth Bertone
Membro Efetivo

Elizabeth Christina DeLaRosa
Membro Efetivo

Maurício Lofuto Maudonnet
Membro Efetivo

Gláucio João Agostinho
Membro Efetivo

Ana Amélia de Conti Gomes
Membro Suplente

Paulo Nicácio Júnior
Membro Suplente

Diretoria Executiva

Armando de Azevedo Henriques
Diretor Executivo Presidente

Angela Aparecida Seixas
Diretora Executiva Financeira e de
Controles Internos e Diretora Executiva
de Relações com Investidores

Carlos Alberto Dias Costa
Diretor Executivo de Operações

César Teodoro
Diretor Executivo de Meio Ambiente,
Saúde e Segurança

Jairo de Campos
Diretor Executivo de Recursos Humanos,
Administração, Compras e Informática

Conselho Fiscal

Jarbas Tadeu Barsanti Ribeiro
Presidente do Conselho Fiscal

Marcelo Curti
Conselheiro Efetivo

François Moreau
Conselheiro Efetivo

Ary Waddington
Conselheiro Suplente

Edmundo Falcão Koblitz
Conselheiro Suplente

Marcello Joaquim Pacheco
Conselheiro Suplente

Jacqueline Ribeiro
Gerente Geral de Controladoria

Claudio Herrans
Contador - CRC 1SP200641/O-5

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21, aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado ("DVA"), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da Administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Balanço patrimonial e informações contábeis intermediárias de 2011

O balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2011 e as informações contábeis intermediárias referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2011, apresentados para fins de comparação, foram, respectivamente, auditado e revisadas por outros auditores independentes que emitiram relatórios sem modificação sobre essas demonstrações financeiras em 21 de março de 2012 e 9 de maio de 2011, respectivamente.

São Paulo, 8 de maio de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Iara Pasian

Auditores Independentes

Contadora

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 121517/O-3

As folhas das ITR, por nós revisadas, estão rubricadas tão-somente para fins de identificação.